

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA.

Lia Calabreⁱ

RESUMO

Podemos observar, hoje, que o campo de atuação do profissional da cultura torna-se cada vez mais complexo, exigindo formações mais múltiplas. Essa primeira constatação vem acompanhada de uma segunda, e não menos importante, que é a da necessidade da elaboração de políticas específicas na área de formação em cultura. Este artigo se propõe a apresentar algumas das questões que podem ser consideradas como fundamentais em um processo de elaboração de políticas públicas para a área da cultura, em especial, para a gestão cultural.

Palavras-chave: políticas culturais; formação em cultura; gestão cultural.

RÉSUMÉ

Nous constatons aujourd'hui que les processus de professionnalisation du champ culturelle devient de plus en plus complexe, nécessitant des formations plus nombreuses. Cette première observation est accompagné d'un second, non moins important, qui est la nécessité de développer des politiques publiques spécifiques dans le domaine de la formation à la culture. Cet article vise à présenter quelques-unes questions qui peuvent être considérées comme un processus fondamental pour l'élaboration des politiques publiques dans le domaine de la culture, en particulier pour la gestion culturelle.

O educador Paulo Freire, em seu livro *Ação Cultural para a Liberdade*, nos ensina que “estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las” (Freire. 1985. p.5). Afirmativa que tomo aqui tanto como premissa quanto como fonte de inspiração para pensar a questão de formação dos profissionais que atuam na área da cultura.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Políticas públicas, políticas públicas de cultura, formação profissional, profissionais da cultura, formação para cultura são alguns dos elementos fundamentais para a discussão que se pretende aqui estabelecer. Para o alcance dessa composição final “políticas públicas de cultura” dentro da problemática da formação dos profissionais da cultura é necessário fazer, primeiro, uma espécie de decomposição dos elementos que a constituem. Um rápido olhar sobre alguns desses elementos nos permitirá conhecer e revelar melhor o contexto no qual está inserida a problemática da formação profissional.

Podemos observar, hoje, que o campo de atuação do profissional da cultura torna-se cada vez mais complexo, exigindo formações mais múltiplas. Essa primeira constatação vem acompanhada de uma segunda, e não menos importante, que é a da necessidade da elaboração de políticas específicas na área de formação em cultura. Tal ação tem como um dos atores principais o Ministério da Educação, órgão responsável, no país, pela educação formal e seriada. O campo da formação em cultura e, em especial, o da gestão cultural, precisa ser reconhecido como uma área de conhecimento específica que deve contar também com a participação do Ministério da Cultura no seu processo de estruturação. Além das formações em cultura, que podemos denominar mais clássicas - como as das linguagens artísticas – existem outras áreas que requerem formações voltadas para competências específicas, com currículos mais abertos e flexíveis, capazes de atender a um público diversificado, que atua profissionalmente em um campo dinâmico, em constantes mudanças. Podemos afirmar, inclusive, que mesmo nas áreas mais clássicas e estabelecidas ocorre (ou deve ocorrer) um processo de renovação das estruturas curriculares constantes que dialogue com as novas dinâmicas sociais. No Brasil, o ingresso definitivo da cultura no campo das políticas públicas traz em seu interior a problemática da formação de competências para prover uma real efetividade ao campo.

Dentro desse espectro amplo, que é o da formação dos profissionais em cultura, focaremos as discussões na área da gestão cultural. Para nos ajudar a pensar a questão da formação em gestão cultural propomos um rápido diálogo com a experiência

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



francesa, muito mais no intuito de iluminar nossa discussão sobre o campo do que para pensar acerca de uma possível transferência de modelos. Os estudos comparados, em geral, contribuem para um refinamento do olhar sobre um determinado objeto, permitindo a reflexão sobre uma mesma problemática a partir de diferentes ângulos, a utilização de abordagens diversas, tornando mais complexa a análise das políticas públicas aplicada às múltiplas realidades locais.

Ao longo da década de 1980, na França, ocorreu um forte processo de profissionalização no campo da cultura. Nas décadas seguintes houve a multiplicação de formações profissionais para atuação na área. Ainda que no Brasil não tenha ocorrido um processo na mesma intensidade, podemos afirmar que a criação de uma primeira graduação em produção cultural (em um departamento de artes) oferecida por uma universidade pública e, pouco tempo depois mais uma nova oferta da mesma graduação na área de comunicação em outra instituição federal, sem dúvida indica que algo estava mudando no cenário nacional. Ao olharmos para o âmbito das pesquisas acadêmicas nas áreas de ciências humanas e sociais, também verificamos a abertura ou o fortalecimento de diversos campos para os estudos sobre a cultura e não mais só sob as divisões clássicas de cultura erudita, cultura popular (quase como sinônimo de folclore) e cultura de massa (como campo da indústria cultural), mas como subcampos de conhecimento consubstanciados em história cultural, antropologia da cultura, sociologia da cultura, etc. Já nas primeiras décadas do séc. XXI foram ampliadas tanto as ofertas de licenciaturas nas áreas de artes, como a de cursos mais técnicos como museologia, biblioteconomia ou arquivologia. Enfim, temos uma conjuntura de ampliação da formação na área da cultura que sofreu significativas transformações no último quarto de século – acelerando-se na última década - e que necessita ser analisada mais detidamente. Ainda que tal tarefa não possa ser realizada aqui, no espaço desse artigo, é importante apontar sua relevância para a elaboração de trabalhos futuros.

POLÍTICAS PÚBLICAS

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Estudiosos contemporâneosⁱⁱ são unânimes em afirmar que as políticas culturais são frutos das ações do Estado, instituições civis e grupos comunitários, ou seja, são decisões partilhadas que devem possuir um grau significativo de corresponsabilidade entre os agentes envolvidos. Entretanto, para alcançar esse patamar de relação entre Estado e sociedade deve ser previamente construído um processo de elaboração de ferramentas e vias de implementação de políticas públicas de caráter democrático e participativo. Este pode se dar através da criação de conselhos gestores de políticas, da implantação do modelo de orçamento participativo, do estímulo a instalação de instâncias de consulta e de discussão públicas partilhadas, entre outras possibilidades.

A partir dos anos 2000, o Brasil veio aprofundando a implantação de um modelo de política pública mais relacional ou *societal* que, como afirma Ana Paula Paes de Paula, está assentado na “busca de um novo modelo de desenvolvimento” e que trata a gestão a partir de uma “concepção participativa e deliberativa” buscando a “reinvenção político e institucional e a renovação do perfil dos administradores públicos” (PAULA, 2005, p. 153). Ainda segundo a autora, as políticas públicas são “construções políticas e técnicas que envolvem interesses, valores e meios de execução” (PAULA, 2005, p.159), logo estão assentadas em projetos políticos desenvolvidos nas áreas técnicas. Devemos considerar que desde a década de 1980, em especial com a promulgação da Constituição de 1988, em diferentes níveis de governo, vem sendo colocados em prática alguns mecanismos de participação, ou seja, há a busca de construção de políticas públicas setoriais de viés participativo e democrático, materializadas, por exemplo, na convocação de conferências de políticas setoriais (nacionais, estaduais e municipais) ou na utilização do mecanismo de orçamento participativo – ainda que tal processo tenha sido acelerado na última década.

Esse novo modelo de gestão pública que vem se desenhando considera que a problemática de desenvolvimento extrapola o campo do econômico, enfatizando um conceito alargado de qualidade de vida e de ampliação das capacidades humanas. Mais recentemente, começam a ser enfrentados, de maneira mais sistemática, alguns dos

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



problemas que já haviam sido identificados pela filósofa Marilena Chauí durante sua gestão à frente da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, em finais da década de 1980 e início dos anos 90, no governo de Luiza Erundina do PT. Ao reconstituir a conjuntura vivenciada naquele momento Marilena aponta três importantes eixos que necessitavam ser trabalhados pela nova administração: em primeiro lugar a mudança na mentalidade dos servidores públicos; em segundo a definição de prioridades voltadas para as carências e demandas das classes populares; e, em terceiro, a invenção de uma nova cultura política. (CHAUÍ, 1995, p. 71).

No eixo da invenção de uma nova cultura política, para a filósofa, estava o estímulo para a formação de diferentes formas de auto-organização dos grupos sociais, em especial das classes populares, com o objetivo de estimular a criação do sentimento e da prática da cidadania – em uma sociedade extremamente desigual o acesso real ao conjunto dos direitos e mesmo ao sentimento, a crença, de poder acessá-lo precisam ser construídos. A base do projeto da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, dentro do contexto maior da prefeitura de São Paulo, era a da construção da política cultural como cidadania cultural, da cultura pensada como direito dos cidadãos. Segundo Marilena, desde o início, o projeto tinha a intenção de evidenciar que com uma nova política cultural também se visava transformar a cultura política da sociedade. Tomavam-se como direitos culturais: o direito de acesso e de fruição dos bens culturais, o direito à criação cultural, o direito a reconhecer-se como sujeito cultural (graças à ampliação do sentido da cultura), e o direito à participação nas decisões políticas sobre cultura. (CHAUÍ, 1995, p. 82 e 83)|

Na avaliação de Marilena Chauí, a cultura política arraigada dificultou - e em alguns momentos impediu, - que novos modelos de políticas públicas fossem colocados em prática. Mais de uma década depois essas questões voltaram à pauta das políticas públicas, agora no nível federal. Com a retomada do olhar sobre a cultura como uma das áreas das políticas públicas e com a ampliação do conceito sobre os limites da própria área (que extrapola o campo do fazer artístico) vem sendo consolidado um novo cenário

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



no qual o conjunto dos profissionais deve atuar. Cenário este que requer tanto a renovação do perfil dos administradores públicos quanto a alteração da cultura política e da mentalidade dos servidores públicos.

FORMAÇÃO

No campo da formação em cultura, encontramos questões de natureza diversa que se interpenetram como, por exemplo, a da necessidade da existência em seu interior da oferta da formação não profissional e cidadã e a da formação profissional especificamente. A demanda por oferta de formação cultural pelo conjunto da sociedade, como parte da formação cidadã, como elemento fundamental para a formação do ser humano integral, é grande. Este é um desejo que ficou expresso nas propostas discutidas e aprovadas nas duas conferências nacionais de cultura.ⁱⁱⁱ É importante assinalar a existência de tal demanda para que a mesma venha a ser efetivamente considerada pelos elaboradores de políticas culturais locais.^{iv}

Voltando ao campo da profissionalização em cultura, quando se realiza uma busca de estudos acadêmicos sobre formação profissional em cultura na internet, por exemplo, somos diretamente remetidos a um grande número de trabalhos que tratam da formação dos professores em geral, tanto nos níveis fundamentais da educação, quanto nas mais variadas disciplinas e áreas de conhecimento e, por fim, em um grau muito reduzido, das áreas das linguagens artísticas. Tal resultado revela um campo de reflexão ainda insipiente, que demanda produção de informações, estudos, seminários, trabalhos associados para a construção de um conhecimento mínimo sobre tal conjuntura de maneira a permitir a elaboração de diagnósticos visando a estruturação de linhas gerais de uma política pública de formação na área da cultura. Tal fato contribui para que busquemos conhecer estudos e reflexões produzidos em outros países.

Em um estudo realizado pelo Observatório de Políticas Culturais de Grenoble (OPC) em 2005 e 2006, sobre a formação nos campos da administração e da gestão cultural na França - com o objetivo de construir um panorama e uma análise da situação

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



atual - foram localizadas 282 formações no campo da gestão e da administração, sendo que 75% delas criadas a partir dos anos 1990 e 32% a partir de 2004. (OPC, 2007, p.7). Havia uma percepção da existência de um grande número de diferenciadas formações na área da gestão e da administração da cultura que levou ao Ministério da Cultura Francês a encomendar a pesquisa. Associada ao trabalho de mapeamento da formação estava a tarefa de tentar verificar a existência de uma real articulação entre essas formações oferecidas – algumas delas muito especializadas - com a realidade do mercado de trabalho. As formações identificadas são oferecidas majoritariamente pelas universidades, mas também pelas escolas superiores de comércio e locais de formação especializada, como o Museu do Louvre. Para os realizadores da pesquisa, um dos problemas a ser enfrentado é o da ausência de dados confiáveis e detalhados sobre as necessidades de profissionais do setor cultural, gerando reflexos sobre de formação para a gestão e a administração cultural. É interessante destacar que as instituições de ensino francês devem fornecer informações sobre o ingresso de seus alunos no mercado de trabalho, apesar de ser uma regra estas são pouco precisas e, em geral, termina sendo declarado como tendo alcançado um grau satisfatório.

No caso brasileiro também carecemos de informações. Temos poucas informações disponíveis, e, entre elas, o mapeamento realizado pelos professores Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Leonardo Costa, em 2009. A pesquisa foi executada com o objetivo de produzir informações para a elaboração de uma futura rede de formação e qualificação em cultura, como parte do esforço de efetivação do Plano e do Sistema Nacional de Cultura, por parte do Ministério da Cultura. O mapeamento levantou a oferta de formações voltadas para o que os autores conceituaram como o setor da organização da cultura que abrange três patamares distintos:

- 1) o dos formuladores e dirigentes, afeitos ao patamar mais sistemático e macro-social das políticas culturais;
- 2) o dos gestores, instalados em instituições ou projetos culturais mais permanentes, processuais e amplos e
- 3) o dos produtores, mais adstritos a projetos de caráter mais eventual e micro-social.” (Rubim; Barbalho e Costa. 2010. p.2).

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



O mapeamento informou que das instituições pesquisadas 49% eram privadas, 29% públicas e 22% de outras naturezas. Nas instituições privadas encontram-se universidades, faculdades e empresas de produção ou gestão cultural. As instituições públicas referem-se, em sua maioria, a universidades públicas, a órgãos de gestão estadual na área da cultura e a diferentes entes (federais, estaduais e municipais). Já o status de outras compreende desde associações e organizações não-governamentais.

POLÍTICAS E FORMAÇÃO

O processo de maior especialização profissional daqueles que atuam nas áreas de gestão e de produção cultural é um fenômeno recente e extrapola as fronteiras nacionais. O estudioso mexicano Eduardo Nivón considera que a institucionalização da política cultural é uma das características básicas do período em que vivemos. (NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 54) Isso significa dizer que cada vez mais é exigido do profissional que atua na área o domínio de conhecimentos mais amplos que, em muito, extrapolam os campos disciplinares tradicionais. Soma-se a isso a necessidade de um largo conhecimento tanto do mundo contemporâneo quanto da região, do território onde vai atuar.

Entre as propostas prioritárias aprovadas na II Conferência Nacional de Cultura está a de:

Criar um sistema nacional de formação na área da cultura, integrado ao SNC, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação, fruição, qualificação dos bens, elaboração e acompanhamento de projeto, captação de recursos e prestação de contas, garantindo a formação cultural nos níveis básico, técnico, médio e superior, à distância e presencial, fazendo uso de ferramentas tecnológicas e métodos experimentais e produção cultural. (MINC. 2010).

A proposta reuniu uma série de demandas diferenciadas por formação na área de cultura, passando por gestores, produtores, profissionais em geral e artistas. Isso significa, de imediato, a construção de acordos com a área de educação, que é a que tem

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



competência sobre uma série das propostas e solicitações apresentadas. Essa é uma etapa complexa que tem dentro dela questões delicadas como, por exemplo, a da autonomia das universidades, tornando ainda mais fundamental o desenvolvimento acadêmico de reflexões sobre o “estado da arte” do trabalho no campo da cultura.

O Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010, tem 53 (cinquenta e três) metas a serem cumpridas, dentre as quais nove tratam diretamente da temática da formação em cultura. Estas estão distribuídas desde o campo da educação básica, passando pelo da formação em linguagens e chegando até a qualificação da gestão, como pode ser verificado abaixo:

- Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural;
- Meta 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada;
- Meta 14) 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura;
- Meta 15) Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas;
- Meta 16) Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas;
- Meta 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura;
- Meta 19) Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento;
- Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura;
- Meta 36) Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes. (MINC. 2011).

Como pudemos ver acima, as metas estabelecidas pelo PNC vão requerer, na próxima década, um intenso trabalho conjunto entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, dado que a maior parte delas se refere a cursos de formação,

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



regulares e com certificação subordinada a área da educação (ministérios e secretarias de educação). Parte da formação que aqui tratamos deve estar subordinada a ações a serem implementadas diretamente pelo MINC. Esta é uma realização fundamental tendo em vista que segundo o mapeamento somente 29% da oferta nas áreas da gestão e da produção é feita diretamente pela área pública.

O quadro nacional se complexifica quando verificamos, no mapeamento coordenado pelo prof. Albino, o desequilíbrio regional da oferta. Temos 48,44% das instituições na região Sudeste, e mais especificamente em São Paulo com 20,70% delas e Rio de Janeiro com 17,19%, enquanto a região Norte possui apenas 3,52% de instituições atuantes no setor, sendo que os estados do Amapá, Roraima e Tocantins não apresentam nenhuma oferta.

Ao lançarmos um olhar sobre a oferta geral do ensino superior, por região geográfica e pela natureza da mesma (pública ou privada) verificamos um quadro próximo ao identificado pelo mapeamento. Vejamos abaixo um quadro com a sinopse do censo do ensino superior de 2009, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Total de instituições de ensino superior

	Total		públicas		privadas	
Brasil	2.314	100%	245	10,6%	2.069	89,4%
Norte	147	6,4%	19	12,9%	128	87,1%
Nordeste	448	19,4%	61	13,6%	387	86,4%
Sudeste	1.090	47,1%	110	10,1%	980	89,9%
Sul	386	16,7%	39	10,1%	347	89,9%
Centro-oeste	243	10,5%	16	6,6%	227	94,4%

Fonte: Inep - 2009

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



O censo nos informa que a região sudeste concentra 47,1% da oferta de ensino superior e que este índice baixa a 6,4% na região norte. O mapeamento identificou 48.8% da oferta de formação em cultura na região sudeste, contra 3,52% na região norte. Quanto à distribuição da oferta entre instituições públicas e privadas, temos o quadro abaixo.

	Pública		Privada	
Brasil	245	10,6%	2.069	89,4%
Norte	19	12,9%	128	87,1%
Nordeste	61	13,6%	387	86,4%
Sudeste	110	10,1%	980	89,9%
Sul	39	10,1%	347	89,9%
Centro-oeste	16	6,6%	227	93,4%

Fonte: Inep - 2009

Outro dado importante de ser observado sobre a oferta de ensino superior do país é o da desigualdade entre o que é colocado a disposição da sociedade pelas redes pública e privada. É completamente desproporcional a oferta, que atinge o percentual de 89,4% de cobertura nacional pela rede privada. Nesse caso, o índice mantém uma variação muito pequena entre o conjunto das regiões do país. Isso significa que grande parte do acesso à formação superior está condicionado a renda, a capacidade do indivíduo de arcar com os custos da formação (ainda que exista alguma oferta de financiamento subsidiado pelo governo). Observando esse quadro sob o viés da cultura, nos perguntamos que tipo de formação oferecida será essa? Como ela dialoga com o mercado de trabalho? Como ela atrai o estudante? Que tipo de profissional será formado nesse modelo?

No mapeamento a desproporção entre a oferta de formação disponível entre instituições públicas e privadas é menor que a apresentada pela formação universitária

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



(49% de instituições privadas, 29% de públicas e 22% de instituições de outra natureza). É importante ressaltar que parte dessa formação não se dá no nível superior ou como complemento do mesmo. Mas também poderia ser levantada uma hipótese sobre um menor grau de interesse na formação em cultura pelo campo do ensino privado. Além de ter sido verificada a presença de ações implementadas em outras instituições públicas como, por exemplo, as secretarias de cultura.

Tendo em vista que o mapeamento englobou a formação de produtores na área privada, é interessante fazermos um exercício de uma comparação entre os dados que apontam para 48,44% da formação concentrada no eixo São Paulo (20,70%) e Rio de Janeiro (17,19) e as informações sobre a captação de incentivos através da Lei Rouanet, entre 2008 e 2011, ^v que são, ainda hoje, a maior fonte de recursos de investimentos na área da cultura.

Região/ano	2008	2009	2010	2011
Centro-oeste	2,7	3,7	2,8	3,7
Nordeste	6,2	6,6	6,1	6,5
Norte	0,5	0,6	2,3	0,8
Sudeste	79,1	78,7	77,4	77,6
Sul	11,5	10,4	11,4	11,4

Fonte: SalicNet - MINC

O quadro nos mostra um índice de concentração de captação de recursos de uma das principais fontes de recursos ainda maior que o da formação de pessoal e que acarreta um fenômeno de “mão dupla” – mais recursos geram um maior mercado de trabalho, mais competitivo, que demanda uma melhor qualificação profissional e que reflete diretamente na oferta de formação de mão de obra.

Nesse caso dos dados acima selecionados foram os dos projetos que obtiveram recursos, isso significa uma real inserção no mercado e que pressupõe um grau razoável de profissionalismo tanto dos proponentes quanto do conjunto dos profissionais envolvidos no projeto.^{vi}

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



Ainda que possamos verificar graus de concentração maior ou menor de recursos financeiros, físicos e humanos, tanto na cultura quanto em outras áreas, temos a região sudeste sempre como a melhor aquinhoadada. No caso da captação da Lei Rouanet o índice é muito desigual – ainda que também devesse ser ponderado com os dados de concentração de população, de empresas com potencial de financiamento, equipamentos culturais disponíveis, entre outros. O que nos interessou aqui foi o fato de que a concentração de investimento privado influencia enormemente a demanda por formação profissional. O conjunto de produtores que deseja acessar a lei procura estar cada vez mais qualificado para concorrer em um mercado muito desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que foram aqui expostas tiveram como principal objetivo apresentar algumas das informações disponíveis para se pensar o processo de elaboração de um sistema nacional de formação na área da cultura como o que está previsto na lei do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Para uma efetiva elaboração de políticas públicas de formação em cultura, a produção de informações necessita ser aprimorada. Há uma série de variantes que precisam ser observadas. Os processos de formação não podem ser homogêneos ou preconcebidos sem um real conhecimento sobre a realidade sobre a qual se vai atuar. Existe, sem dúvida, no caso do ensino formal e seriado uma necessidade do estabelecimento de um currículo mínimo unificado nacionalmente, que permite ao profissional a sua inserção no mercado de trabalho em qualquer região do país, mas tem que haver a flexibilização de parte desse currículo para permitir um diálogo com a realidade local. Pois, retomando o pensamento de Paulo Freire, que deu início a esse artigo se “estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las” (FREIRE, 1985, p. 5), o processo de formação tem que garantir não só o acesso aos conteúdos, mas a possibilidade da experimentação sobre o mesmo que se fará a partir da interação entre os “novos conhecimentos” com os conhecimentos tradicionais locais.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALABRE, Lia. A 1ª Conferência Nacional de Cultura: Análise das propostas de diretrizes. In: Calabre, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados** 9 (23) 1995.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MINISTÉRIO DA CULTURA. II Conferência Nacional de Cultura: proposta prioritárias. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2010/08/propostas-32-finais.pdf>>

_____. Cadernos de metas do PNC. Brasília: 2011. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/02/METAS_PNC_final.pdf>

NIVÓN BOLÁN, Eduardo. *La política cultural: temas, problemas y oportunidades*. México: CONACULTA; FONCA. 2006.

Observatoire des Politiques Cultureles - OPC. Les formations à l'administration et à la gestion de la culture : état des lieux et analyse stratégique. Grenoble, OPC, juillet/2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre e COSTA, Leonardo. Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil – relatório final. Disponível em: <http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf>

ⁱ Doutora em história, pesquisadora e chefe do setor de Estudos de Política e Culturas Comparadas da Fundação Casa de Rui Barbosa, professora dos MBAs de Gestão e Produção Cultural da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e da Universidade Cândido Mendes. Autora de diversos artigos e de livros como: A era do rádio (Ed. Zahar, 2002); Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI (Ed. FGV, 2009) e Política Culturais no Brasil: história e contemporaneidade. (Ed.BNB, 2010)

ⁱⁱ Tais como Néstor-Canclini, Eduardo Nivón, Albino Rubim, Teixeira Coelho, entre outros.

ⁱⁱⁱ Sobre a primeira Conferência Nacional de Cultura, ver: Calabre, Lia. “A I Conferência Nacional de Cultura: análise das propostas de diretrizes”. In: Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade. Fortaleza: BNB, 2010.

^{iv} O público das escolas de música e de teatro, por exemplo, não são de 100% de pessoas interessadas na profissionalização. Existe uma parte da oferta (em instituições públicas e que emitem certificação) que é absorvida por pessoas que querem estreitar suas relações com o fazer artístico, sem necessariamente se transformarem em profissionais.

^v Foram utilizados os quatro anos para a observação de que há uma concentração histórica que se mantém.

^{vi} Isso não significa desqualificar em termos de profissionalismo ou de qualidade dos projetos que não obtiveram recursos, pois após a aprovação do projeto na Lei Rouanet segue-se o difícil trâmite de obter patrocínio, no qual uma série de outros elementos entra em cena.